

Nota Técnica

Nº03

04/21



DE OLHO NA

CFEM

PARA ONDE VAI A CFEM?

**Uma avaliação dos
municípios de
Parauapebas, Canaã dos
Carajás e Marabá no Pará**

WWW.EMDEFESADOSTERRITORIOS.ORG

DOI: [10.13140 / RC.2.2.25816.42242](https://doi.org/10.13140/RC.2.2.25816.42242)

Nota Técnica – Nº 03 – Abril de 2021

**PARA ONDE VAI A CFEM? UMA AVALIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DE PARAUAPEBAS,
CANAÃ DOS CARAJÁS E MARABÁ, NO PARÁ**

Antônia Larissa Alves Oliveira¹

Elly Murielly Gomes Ribeiro²

Jessica Costa de Sousa³

Felipe dos Santos Ferreira⁴

DOI: 10.13140 / RG.2.2.25816.42242

1Mestranda no Programa de Pós-graduação em Planejamento e Desenvolvimento Regional e Urbano na Amazônia (PPGPAM) na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA). Bacharel em Ciências Econômicas pela UNIFESSPA.

2Graduanda em Ciências Econômicas na UNIFESSPA.

3Graduanda em Ciências Econômicas na UNIFESSPA.

4Graduando em Ciências Econômicas na UNIFESSPA

Equipe

Coordenação

Alessandra Cardoso – INESC

Bruno Milanez – PoEMAS/UFJF

Giliad Silva – GPEM/UNIFESSPA

Ricardo Junior de Assis Fernandes Gonçalves – PoEMAS/UEG

Pesquisadores

Antônia Larissa Alves Oliveira - UNIFESSPA

Elly Murielly Gomes Ribeiro - UNIFESSPA

Felipe dos Santos Ferreira - UNIFESSPA

Jessica Costa de Sousa - UNIFESSPA

Julia Castro - POEMAS

Vinícius Melo Gonçalves - JNT

Comunicação

Flávia Quirino - Comunicação

Kátia Visentainer- Comunicação

PARA ONDE VAI A CFEM? UMA AVALIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DE PARAUPEBAS, CANAÃ DOS CARAJÁS E MARABÁ, NO PARÁ

1. APRESENTAÇÃO

Várias são as discussões que permeiam o setor mineral e, dentre elas, o uso dos *royalties* decorrentes desta atividade. Esse debate é o foco de estudo do projeto intitulado De Olho na CFEM. Em um primeiro esforço dessa iniciativa, foram encontrados, nos seis municípios estudados, problemas relacionados à falta de transparência no uso da Compensação Financeira pela Exploração do Recurso Mineral (CFEM) e limitações na disponibilização do acesso aos dados orçamentários pelas prefeituras (OLIVEIRA et al., 2020). Levando em consideração estes resultados, esta terceira Nota Técnica tem como objetivo apresentar para quais políticas orçamentárias a CFEM foi destinada nos municípios minerados do Sudeste paraense, sendo eles Parauapebas, Canaã dos Carajás e Marabá.

Os municípios minerados ou afetados pela mineração têm recebido mensalmente valores expressivos referentes à CFEM. A CFEM, segundo a Constituição Federal de 1988, é um recurso que deve ser pago pelas mineradoras à União que, por sua vez, o reparte entre estados e municípios. A legislação mais recente (Lei 13.540 de 2017) que rege este *royalty* instituiu a alíquota e os percentuais a serem repartidos entre os entes federativos que são minerados ou afetados pela infraestrutura da atividade mineral: 10% deste recurso vai para união, 15% vai para os estados, 60% vão para os municípios onde estão localizadas a produção mineral e 15% são destinados aos municípios afetados pela infraestrutura produtiva, a exemplo de linha de ferro, minerodutos, máquinas etc (BRASIL, 2017).

A Lei 13.540 de 2017 incentiva os entes federados, em especial os municípios, a aplicarem pelo menos 20% da CFEM em áreas ligadas ao desenvolvimento mineral sustentável, à diversificação econômica e ao desenvolvimento tecnológico e científico. Além disso, obriga a prestação de contas anual de modo a garantir absoluta transparência na gestão dos recursos da CFEM. Apesar de haver normas que incentivam a melhor aplicação desses *royalties* e exigem transparência nos gastos, a população, em geral, não sabe ao certo como o recurso está sendo utilizado pelas prefeituras.

Três anos se passaram desde que esta Lei entrou em vigor e, conforme os estudos de caso desenvolvidos na pesquisa, verificamos que os municípios não apresentaram de forma clara como este recurso vem sendo utilizado. Neste sentido, o objetivo desta Nota Técnica 03 é detalhar essa aplicação nos municípios de Parauapebas, Canaã dos Carajás e Marabá.

A metodologia empregada partiu da consulta nos Portais de Transparência dos três municípios, bem como no *site* da Agência Nacional de Mineração (ANM). Nos Portais da

Transparência foram consultadas informações, entre os dias 25 de janeiro e 02 de fevereiro de 2021, como receita corrente total, a receita vinculada à fonte CFEM, e informações relacionadas às despesas pagas com a fonte CFEM (com exceção de Marabá), incluindo as classificações orçamentárias Função, Projeto de Atividade e Valores Pagos. No caso de Marabá, contrariando os princípios de transparência, a fonte CFEM não está discriminada nas despesas, estando embutida em um grupo de receitas chamado “Recursos Ordinários”. Sendo assim, no caso específico desse município, são apresentadas as despesas vinculadas à essa fonte mais geral.

Destaca-se que a coleta de informações sobre as despesas com a fonte CFEM só foi possível graças ao apoio do Laboratório de Computação Científica (LCC) da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA).

2. PARAUAPEBAS

O município de Parauapebas, mais conhecido como “capital do minério”, faz parte da Região Carajás e está localizado no Sudeste do estado do Pará, a uma distância de 645 km da capital Belém. No fim da década de 1960, pesquisadores descobriram na região, a maior reserva mineral do mundo, área antes habitada pelos indígenas Xikrins do Cateté. Alguns anos depois dessa descoberta, foi dado à Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) - atual Vale S. A. - o direito de explorar os minerais encontrados (IBGE, 2020).

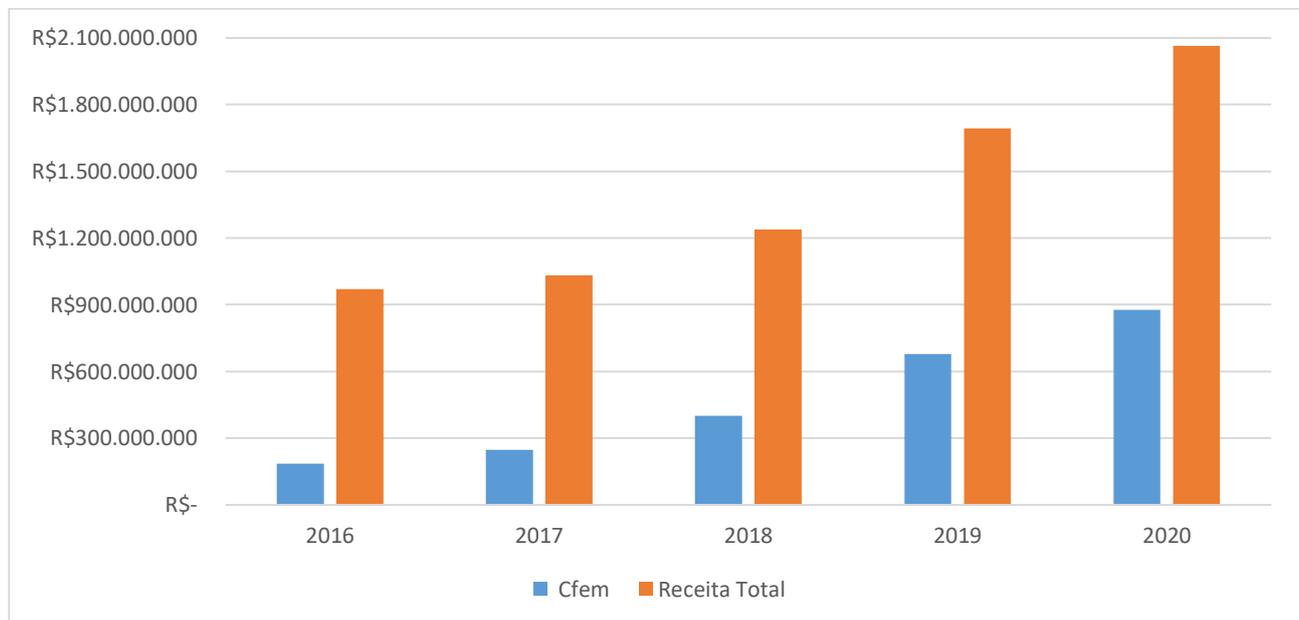
Segundo o IBGE (2020), a principal atividade econômica do município é a Indústria Extrativa Mineral, nome pelo qual o órgão denomina a mineração e as atividades de petróleo e gás. Além de ser representativa no setor extrativo, a mineração também se faz presente quando é observado o orçamento público municipal de Parauapebas e a participação da CFEM. Esse *royalty* contribui significativamente para a receita municipal da prefeitura de Parauapebas, que se mostra particularmente elevada, quando comparado com outros municípios da região. No ano de 2020, os recursos arrecadados estiveram na ordem de R\$ 848,3⁵ milhões, colocando Parauapebas como o município número um do Brasil em arrecadação de CFEM (ANM, 2021). De modo a investigar como este recurso está sendo aplicado, a seguir são apresentadas as receitas e despesas da prefeitura municipal de Parauapebas vinculadas à fonte CFEM.

2.1 Receita Municipal e a fonte CFEM

⁵ Considerando a arrecadação de CFEM em 2020, pode ser destacado os seguintes minerais como principais produtos explorados: ferro R\$ 448,2 milhões, minério de níquel R\$ 415,8 milhões e manganês R\$ 3,4 milhões (ANM, 2021).

Parauapebas tem se mostrado um importante *player* no cenário nacional quando o quesito é arrecadação de receitas orçamentárias. No ano de 2020, a receita total do município foi de R\$2,1 bilhões, um crescimento de 21,8% em relação ao ano de 2019 que teve uma arrecadação de R\$1,7 bilhão. Uma das rubricas de maior contribuição para esse recorde de arrecadação é o recurso da CFEM que, ano após ano, tem se consolidado como a fonte mais representativa do orçamento municipal. No Gráfico 1, é possível observar a evolução da CFEM e das receitas correntes da prefeitura de Parauapebas entre 2016 e 2020. Como fica evidente, há uma evolução da arrecadação total do município, sendo boa parte dela puxada pelos *royalties* da mineração. No início da série, a CFEM representava 19,3% da receita corrente, finalizando a série, no ano de 2020, com 42,6% de participação.

Gráfico 1- Evolução da CFEM e das Receita Corrente da Prefeitura de Parauapebas entre 2016 e 2020.



Fonte: Portal da transparência da Prefeitura de Parauapebas (2021). Elaboração própria.

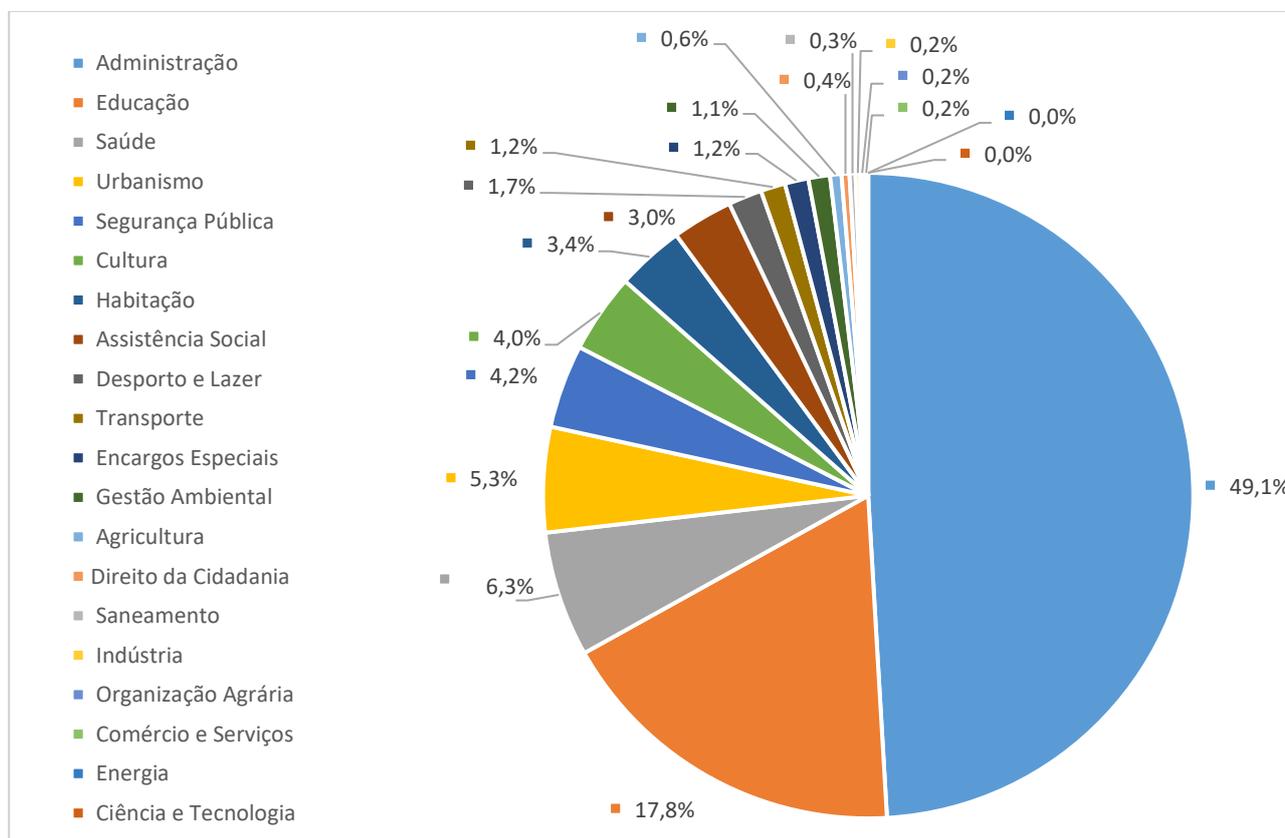
Dada a importância da CFEM para o orçamento municipal, é relevante saber de que forma esses recursos se distribuem, de modo a revelar quais são as prioridades elencadas pelos governantes. Sendo assim, a seguir são apresentadas as despesas detalhadas no qual a CFEM foi utilizada como fonte de recurso.

2.2 Gasto Público Municipal Realizados com a Fonte CFEM

As despesas orçamentárias do município de Parauapebas se dividem em 20 funções, sendo que cada uma destas funções é organizada em subfunções, programas de governo e projetos. As

subdivisões das funções orçamentárias permitem saber de forma detalhada como foram gastos os recursos do orçamento público.

Gráfico 2- Despesas, por função, vinculadas à fonte CFEM – Parauapebas, 2020.



Fonte: Portal da transparência da Prefeitura de Parauapebas (2021). Elaboração própria.

Como é destacado no Gráfico 2, no ano de 2020, as funções que mais receberam recursos da fonte CFEM foram: Administração (49,1%), Educação (17,8%), Saúde (6,3%), Urbanismo (5,3%), Segurança pública (4,2%), Cultura (4,0%), Habituação (3,4%) e Assistência social (3,0%). Por outro lado, algumas funções consideradas importantes para reduzir a dependência mineral do município receberam uma parcela pequena comparada às outras funções. As funções Ciência e Tecnologia, Energia, Comércio e Serviços, Organização Agrária e Indústria tiveram participação variando entre 0,0 % e 0,22% de recursos disponíveis advindos de CFEM, um volume muito baixo diante das ações importantes que poderiam ser protagonistas do desenvolvimento econômico do município. Outras funções que receberam pequenas parcelas da CFEM foram: Agricultura (0,6%), Direito da cidadania (0,4%), Saneamento (0,3%), Gestão ambiental (1,1%), Transportes (1,2%), Desporto e lazer (1,7%) e Encargos especiais (1,2%).

Para além de observar as grandes áreas que o recurso foi destinado, é importante analisar a classificação dos projetos, sendo esta a composição mais desagregada do orçamento, que permite identificar quais as ações foram desenvolvidas em uma determinada função. Na Tabela 1, são

apresentados os projetos que tiveram uma maior parcela da CFEM em relação ao valor total para o ano de 2020. De modo geral, o que se observa nesta tabela é que grande parte do orçamento está voltado para a manutenção de ações já realizadas pela prefeitura, ou seja, sem criar novas políticas públicas. Além disso, o recurso é utilizado, principalmente, para a manutenção da burocracia municipal, a exemplo da Manutenção da Secretaria Municipal da Fazenda que consome 12,3% do total de CFEM gastos no ano de 2020.

Tabela 1- Projetos que mais receberam recursos da CFEM – Parauapebas, 2020

Função	Projeto	Participação (%)
Administração	Manut. Da Secretaria Municipal de Fazenda	12,3
	Gestão do Veículo de Comunicação Institucional	6,0
	Manut. da Secretaria de Produção Rural	3,7
	Manutenção da Sec.de Esporte e Lazer	3,3
	Manutenção do Gabinete do Prefeito	3,1
	Outros Projetos	23,6
	Total Administração	49,1
Educação	Manut. das Atividades Operacionais e Administrativas do Ensino Básico	9,0
	Manut. das Atividades do Ensino Infantil /Pré-Escola/Creche-ADM	6,8
	Outros Projetos	2,1
	Total Educação	17,9
Saúde	Manut. e Funcionamento do HGP-Hospital Geral de Parauapebas	5,5
	Outros Projetos	0,8
	Total Saúde	6,3
Urbanismo	Manutenção da Secretaria de Serviços Urbanos	3,4
	Outros Projetos	1,9
	Total Urbanismo	5,3
Cultura	Manutenção da Secretaria Municipal de Cultura	3,1
	Outros Projetos	0,9
	Total Cultura	4,9
Habitação	Gestão de Progr. e Projetos Habitacionais e Integração Urbana	3,8
	Outros Projetos	0,0
	Total Habitação	3,8
Outras Funções		10,7
Total		100

Fonte: Portal da Transparência da Prefeitura de Parauapebas (2021). Elaboração própria.

Na Tabela 2, são apresentados os projetos para os quais a CFEM foi direcionada e são considerados emblemáticos por esta pesquisa. Estes projetos são caracterizados como emblemáticos em decorrência do baixo valor direcionado para áreas importantes no desenvolvimento socioeconômico do município ou do alto valor direcionado para áreas que apenas mantêm a máquina

pública. Os projetos emblemáticos foram agrupados em quatro categorias: usos incomuns, diversificação econômica, direitos humanos e infraestrutura.

Na categoria Usos Incomuns, foram listados os projetos: Gestão do Veículo de Comunicação Institucional (R\$32,4 milhões); Manutenção da Secretaria de Produção Rural (R\$19,7 milhões) e Manutenção do Gabinete do Prefeito (R\$16,8 milhões). Entende-se que esses gastos trazem pouco retorno à sociedade e são necessários somente para o funcionamento de alguns setores do serviço público. Portanto, pelo alto valor dos recursos empregados, não influenciam na modificação da estrutura produtiva e nem geram maior bem-estar para sociedade. Ademais, esses recursos poderiam ser melhor aproveitados se empregados em outras áreas.

Tabela 2 - Projetos Emblemáticos - Parauapebas, 2020.

Categorias	Função	Projeto	Valor (R\$)	Participação (%)
Usos incomuns	Administração	Gestão do Veículo de Comunicação Institucional	R\$32.410.723,3	6,0
		Manut. da Secretaria de Produção Rural	R\$19.734.155,3	3,7
		Manutenção do Gabinete do Prefeito	R\$16.839.881,8	3,1
Diversificação Econômica	Agricultura	Const., Recup. e Man.de Feiras Distritais Mercados e Cent. Abastecimento	R\$1.500.953,32	0,3
	Indústria	Estruturação e Manutenção do Distrito Industrial	R\$1.204.887,99	0,2
	Comércio e Serviços	Desenvolvimento do Empreendedorismo	R\$203.428,58	0,0
	Organização Agrária	Gestão da Coordenadoria de Terras (COOTER)	R\$1.100.449,90	0,2
	Ciência e Tecnologia	Feira de Ciências, Tecnologia e Inovação	R\$650,00	0,0
Direitos Humanos	Saúde	Investimento em Saúde	R\$223.403,12	0,0
	Assistência Social	Manutenção do Fundo Municipal da Pessoa com Deficiência	R\$20.000,00	0,7
Infraestrutura	Saneamento	Melhoria Ambiental e Habitacional da Área de Intervenção do Projeto	R\$204.690,00	0,0

Fonte: Portal da transparência da Prefeitura de Parauapebas (2021). Elaboração própria.

Na categoria Diversificação Econômica são classificados os projetos que em tese teriam capacidade de contribuir para modificar a estrutura produtiva do município. Os projetos concentrados nessa categoria chamam atenção pelo baixo volume de recursos disponibilizados para eles: R\$1,2 milhão para Estruturação e Manutenção do Distrito Industrial; R\$203,4 mil para Desenvolvimento do Empreendedorismo; R\$1,1 milhão para Gestão da Coordenadoria de Terras (COOTER); R\$1,5 milhão para Construção, Recuperação e Manutenção de Feiras Distritais, Mercados e Centros de

Abastecimentos; e apenas 650 reais para o projeto de Ciência e Tecnologia. Assim, fica evidente que a estruturação do orçamento municipal, a partir da fonte CFEM, dá pouca atenção a áreas que poderiam promover uma menor dependência da atividade mineral. Como mencionado na introdução desta nota, a lei que rege a CFEM sugere que uma parte dos recursos dessa fonte seja destinada à diversificação econômica. Mas, como pode ser observado na Tabela 2, o somatório dos projetos dessa categoria não chega a 1% do total do total das despesas vinculadas a essa fonte.

Na terceira categoria foram alocados os projetos relacionados aos Direitos Humanos. Embora esse tema não seja mencionado como prioritário na legislação que define o uso da CFEM, entende-se que o mínimo que se poderia esperar é que parte dessa receita fosse destinada para garantir os direitos básicos das pessoas que vivem em Parauapebas. Porém, os projetos elencados nesse grupo, assim como os da Diversificação Econômica, tiveram baixa destinação de recursos da CFEM, sendo eles: Manutenção do Fundo Municipal da Pessoa com Deficiência R\$20 mil; Investimento em Saúde R\$223,4 mil. Os gastos dessa natureza poderiam, ao menos, promover uma maior sensação de desenvolvimento e bem-estar social para a sociedade, porém, eles também não atingiram 1% na participação do total geral de recursos da CFEM, ou seja, pequeno volume de recursos em áreas importantes para a população.

Por fim, na quarta e última categoria, a de Infraestrutura, foi incorporado o projeto Melhoria Ambiental e Habitacional da Área de Intervenção do Projeto, que teve R\$204,6 mil em recursos destinados da fonte CFEM. Considera-se que pouco recurso foi direcionado para este projeto em específico, apesar de, em tese, ser relevante para reduzir os impactos ambientais e sociais no entorno da atividade mineral. Historicamente a Região Norte do Brasil possui pouco investimento em saneamento básico, contendo o menor percentual de atendimento dos quesitos necessários ao saneamento básico. Apenas 8,67% dos municípios da região têm condições de oferecer à população saneamento adequado, ou seja, dos 449 municípios da região, apenas 38 possuem essas condições (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL, 2019).

A comparação entre as diferentes categorias demonstra que os projetos elencados no Usos Incomuns superam, e muito, o volume de recursos das outras três categorias somadas. Para se ter uma ideia, o projeto de Manutenção do Gabinete do Prefeito representa 3,10% de participação no Total Geral da CFEM, atingindo R\$16,8 milhões, enquanto o projeto de Ciência e Tecnologia recebeu apenas R\$650, ilustrando a grande disparidade de valores. Outro projeto com grande volume de recursos é Veículo de Comunicação Institucional com R\$32,4 milhões, enquanto o projeto de investimento na área de Saúde chega a apenas R\$223,4 mil. Embora a área de saúde tenha outras fontes, considerando o contexto da pandemia da COVID-19 e do elevado grau de adoecimento da população de Parauapebas, entende-se que uma quantia da CFEM, em caráter emergencial, poderia ter sido transferida para a saúde a fim de garantir um atendimento de melhor qualidade às pessoas

que adoeceram. Ou mesmo, para garantir renda para população por meio de auxílios financeiros de caráter local.

2.3 Algumas considerações

Pela grande representatividade que tem os recursos da CFEM, mostra-se necessário o acompanhamento do uso dessa importante fonte de receitas dos municípios mineradores ou afetados pela atividade mineral. No caso do município de Parauapebas nota-se o quão dependente o orçamento municipal, particularmente a manutenção da máquina municipal, é das receitas advindas da CFEM. Evidencia-se também, que pela tamanha representatividade dos recursos desta fonte, caso a prefeitura não pudesse contar com esses instrumentos, o município ficaria sem quase metade dos recursos totais do orçamento como mostrados nos dados anteriormente.

Além disso, a dificuldade encontrada para a obtenção dos dados em Parauapebas indica a necessidade de se ter maior transparência nas despesas vinculadas à fonte CFEM, para que os cidadãos possam acompanhar mais de perto o uso dos recursos públicos, e ainda participar do processo decisório de como esses recursos devem ser alocados.

3. CANAÃ DOS CARAJÁS

Canaã dos Carajás está situado na mesorregião do Sudeste paraense, com uma população estimada em 38.103 habitantes para o ano de 2020 e área territorial de 3.146,821 km². O município surgiu a partir de um assentamento agrícola vinculado ao Grupo Executivo das Terras do Araguaia e Tocantins (GETAT) que visava atenuar os conflitos por terra no entorno da região. Doravante o assentamento que passou a ser administrado pelo Centro de Desenvolvimento Regional II (CEDERE II), criado pelo GETAT, foi desmembrado da área territorial de Parauapebas, dando origem em 1994 ao município de Canaã dos Carajás (PREFEITURA MUNICIPAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS, 2016).

O município é palco de uma intensa exploração mineral pela mineradora Vale S. A, sendo o minério de ferro o grande destaque nos últimos anos. Ativo desde o final de 2016, o principal empreendimento da mineradora, o Projeto S11D, conta com investimentos na ordem de US\$14,3 bilhões, e com um teor de pureza na sua produção de 66,7% (VALE, 2018). Outro empreendimento da Vale S. A. no município é o Projeto Sossego, no qual ela extrai cobre desde 2004 (VALE, 2004).

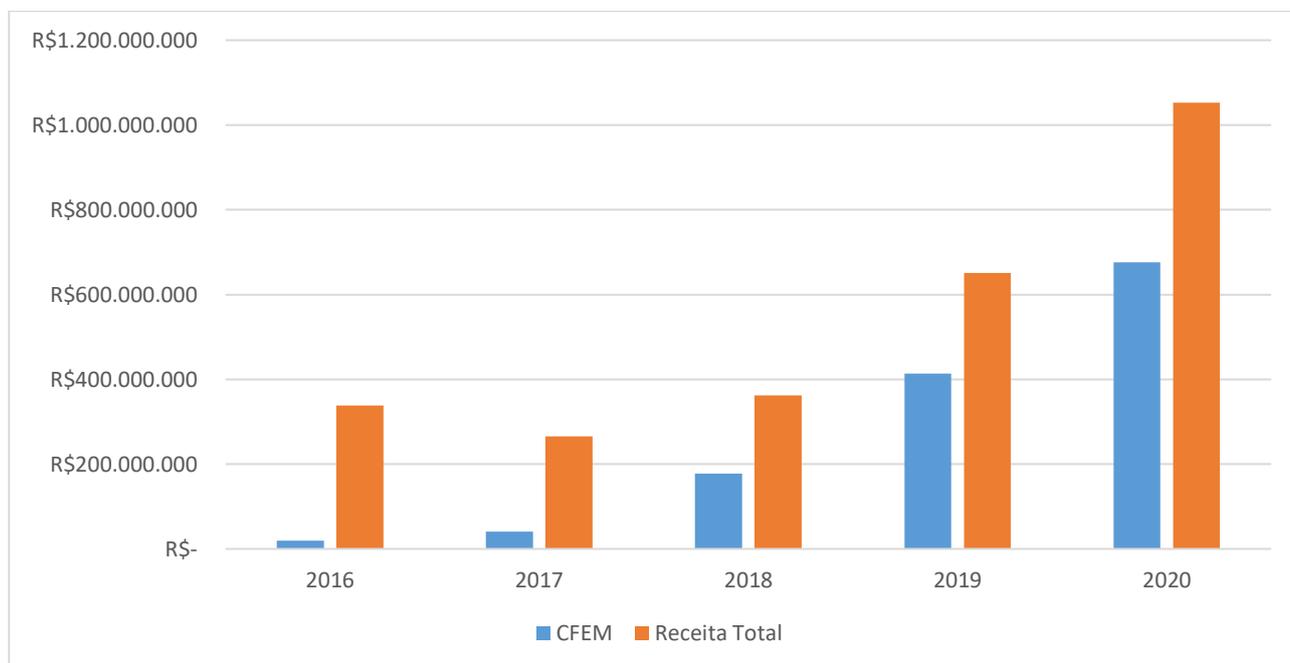
Segundo Cabral et al. (2011), Canaã dos Carajás, inicialmente, fazia parte de uma estrutura produtiva baseada na agropecuária, mas logo a mineração cresceu e se tornou a principal atividade do município. Em decorrência disto, a atividade mineral passou a repercutir diretamente sobre a

receita municipal, por meio dos *royalties* da mineração. A CFEM vem apresentando uma participação significativa nas contas públicas por conta da dimensão que ela representa no total da receita. Em 2020 o município ficou em segundo lugar no *ranking* de maiores arrecadadores da CFEM, ficando atrás apenas do município vizinho, Parauapebas (ANM, 2020). Neste sentido, nessa seção são apresentadas como a fonte CFEM está sendo utilizada pela prefeitura municipal de Canaã dos Carajás.

3.1 Receita Municipal e a Fonte CFEM

Segundo o Portal da Transparência da prefeitura de Canaã dos Carajás (2020), em 2020, Canaã recebeu R\$676,1 milhões de CFEM, o equivalente a 64,3% da receita total (R\$1,1 bilhão) do município. Entretanto, essa nem sempre foi a realidade do município, é só a partir do início das operações no Projeto S11D, em 2016, que a CFEM passa a ter um volume significativo nas contas públicas, como pode ser observado no Gráfico 3.

Gráfico 3 - Evolução da CFEM e da Receita Corrente da Prefeitura de Canaã de Carajás entre 2016 e 2020.



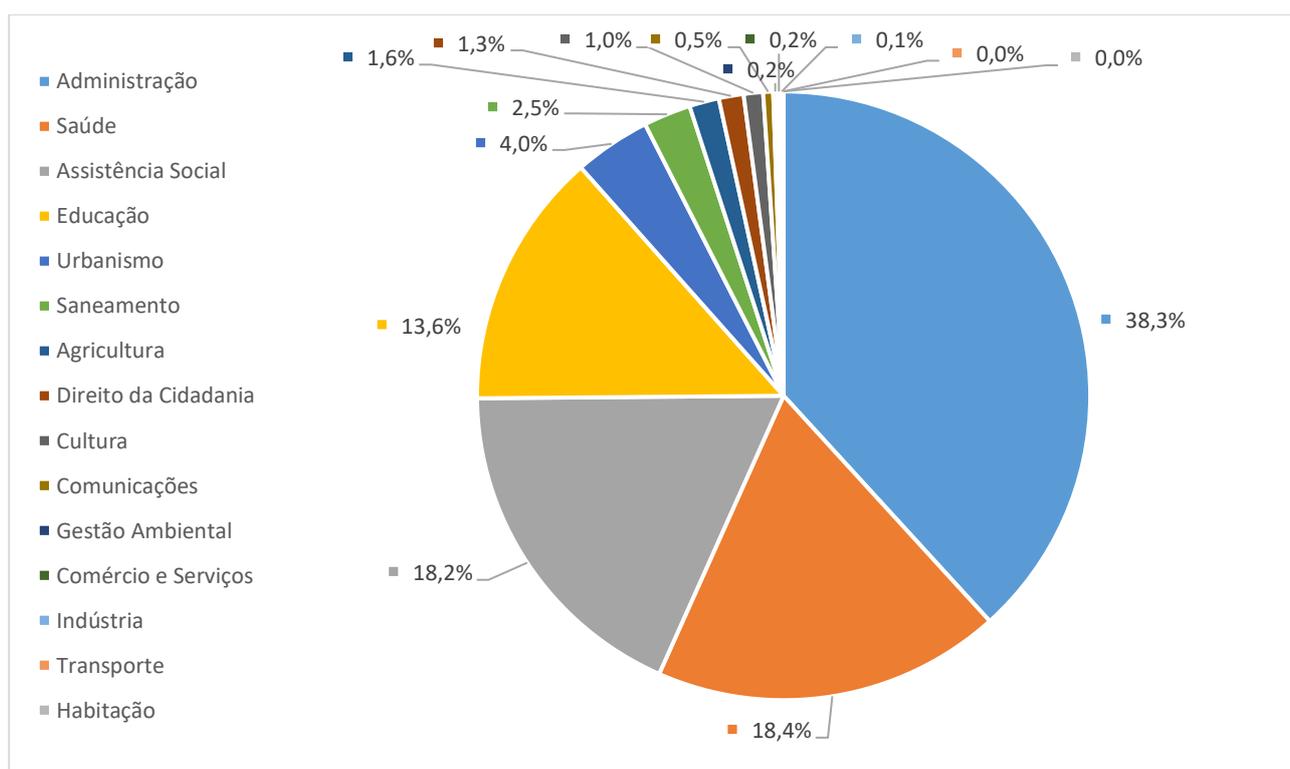
Fonte: Portal da Transparência da Prefeitura de Canaã dos Carajás (2021). Elaboração própria.

Em 2016 a participação da CFEM na receita corrente total era de 5,7%, aumentando para 15,1% em 2017. Mas é a partir de 2018 que se nota uma expressiva participação dos *royalties* da mineração na receita do município, que passa a apresentar um percentual de 49,0%, e posteriormente ultrapassando a composição de metade da receita, correspondendo, em 2019, 63,4% da receita corrente de Canaã dos Carajás.

3.2 Gasto Público Municipal Realizados com a Fonte CFEM

As despesas do município estão organizadas em 15 funções das quais se derivam subfunções, programas e projetos. No Gráfico 4, é apresentado para quais funções a CFEM foi direcionada nas despesas executadas pela prefeitura. Observa-se que mais de 88% desse recurso foi destinado para cobrir gastos com as funções Administração (38,1%), Saúde (18,4%), Assistência Social (18,2%) e Educação (13,6%).

Gráfico 4 – Despesas, por função, vinculadas à fonte CFEM – Canaã dos Carajás, 2020.



Fonte: Portal da Transparência da Prefeitura de Canaã dos Carajás (2021). Elaboração própria.

De modo a entender para onde a CFEM foi direcionada, na Tabela 3 são apresentados os projetos que mais receberam recursos. Das quinze funções nas quais se dividem as despesas, apenas Administração, Assistência Social, Saúde e Educação tiveram projetos com percentual de participação acima de 3%. Destaca-se que dois dos projetos apresentados referem-se a manter secretarias, onde o projeto Manter Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social é o terceiro projeto a receber mais recursos (6,0%). O projeto que mais recebeu recurso com 7,4% foi Manter os Tratamentos Fora de Domicílio (TFD) da função Saúde.

Tabela 3 – Projetos que mais receberam recursos da CFEM - Canaã dos Carajás, 2020.

Função	Projeto	Participação (%)
Administração	Manter a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social	6,0
	Manter o SAAE	3,3
	Outros projetos	29,0
	Total Administração	38,3
Saúde	Manter os Tratamentos Fora de Domicílio-TFD	7,4
	Manter o Hospital Municipal Daniel Gonçalves	3,1
	Outros projetos	7,9
	Total Saúde	18,3
Assistência Social	Manter Oferta de Benefícios Eventuais para Usuários de Situação de Vulnerabilidade	6,6
	Manter o Bolsa Estudantil Universitário	4,6
	Outros projetos	7,0
	Total Assistência Social	18,2
Educação	Manter o Programa Aprender Mais	5,3
	Manter a Secretaria Municipal de Educação	4,5
	Outros projetos	3,9
	Total Educação	13,6
Outras Funções		11,5
Total		100

Fonte: Portal da Transparência da Prefeitura de Canaã dos Carajás (2021). Elaboração própria.

Vale um destaque para o projeto Manter o Bolsa Estudantil Universitário (4,6%), uma vez que pode vir a ser um instrumento para qualificar a mão de obra futura. Entretanto, este deve ser acompanhado de políticas que busquem não somente preparar essa mão de obra, mas também incentivá-la a permanecer no município.

Como é possível acompanhar na Tabela 3, os demais projetos, são por ordem decrescente de percentual de participação: Manter Oferta de Benefícios Eventuais para Usuários de Situação de Vulnerabilidade (6,6%); Manter o Programa Aprender Mais (5,3%); Manter a Secretaria Municipal de Educação (4,5%); Manter o SAAE (3,3%); e Manter o Hospital Municipal Daniel Gonçalves (3,1%).

Na Tabela 4 são apresentados os projetos para os quais a CFEM foi direcionada e são considerados, por esta pesquisa, emblemáticos. Sendo estes emblemáticos em decorrência do baixo valor direcionado para áreas importantes no desenvolvimento socioeconômico do município ou do alto valor direcionado para áreas que apenas mantêm a máquina pública. Os projetos emblemáticos foram agrupados em quatro categorias: usos incomuns, diversificação econômica, direitos humanos e infraestrutura.

Tabela 4 - Projetos Emblemáticos - Canaã dos Carajás, 2020.

Categoria	Função	Projeto	Valor (R\$)	Participação (%)
------------------	---------------	----------------	--------------------	-------------------------

Usos incomuns	Administração	Manter o Gabinete do Vice Prefeito	R\$347.744,82	0,1%
		Manter a Residência Oficial do Prefeito	R\$118.544,36	0,0%
Diversificação Econômica	Agricultura	Apoio a Regularização Documental de Propriedades Rurais	R\$1592,58	0,0%
		Modernizar Agricultura Familiar	R\$10,45	0,0%
	Assistência Social	Manter a Economia Popular Solidária EPS	R\$1.694.264,06	0,4%
Direitos Humanos	Assistência Social	Manter a Escola de Informática e Cidadania - CDI Comunidade	R\$282.110,97	0,1%
		Manter o Serviço de Urgência e Emergência Hospitalar nas Vilas por meio de Ambulância	R\$7.947,55	0,0%
	Saúde	Fortalecer o serviço de regulação do SUS	R\$144.559,00	0,0%
		Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública - COVID-19	R\$1.493.492,82	0,3%
Infraestrutura	Urbanismo	Construir, Pavimentar e Recuperar Estradas e Vicinais	R\$4.206.861,68	0,9%
		Manter o Programa Asfalta Canaã	R\$8.143.431,58	1,7%
	Habitação	Atender Política de Habitação de Interesse Social	R\$24.582,06	0,0%
	Saneamento	Programa Asfalta Canaã Saneamento	R\$9.944.084,25	2,1%

Fonte: Portal da Transparência da Prefeitura de Canaã dos Carajás (2021). Elaboração própria.

Na categoria Usos Incomuns, destacam-se os projetos: Manutenção da Residência Oficial do Prefeito, no valor de R\$118.544,36; e Manter o Gabinete do Vice-Prefeito que detêm o valor de R\$347.744,82. Eles foram caracterizados como emblemáticos por receberem recursos com valores substanciais se comparados a outros projetos da Tabela 4, que teriam muito mais a entregar para os cidadãos residentes em Canaã e para o próprio desenvolvimento econômico do município.

Por outro lado, na categoria Diversificação Econômica, os projetos como Apoio a Regularização Documental de Propriedades Rurais e Modernizar Agricultura Familiar receberam uma parcela pequena de recurso da CFEM. O projeto Modernizar Agricultura Familiar teve um repasse de recurso quase nulo (R\$10,45), sendo que este projeto poderia, em tese, contribuir na dinâmica econômica do setor rural e na economia do município no geral.

Destaca-se que no ano de 2016 foi aprovada a Lei nº 753/2016, alterada pela Lei nº 834/2018, no qual é determinado que 5% da CFEM seria destinada mensalmente ao Fundo Municipal de Desenvolvimento Sustentável (FMDS). Este fundo foi criado visando fomentar a economia do município, oferecendo recursos para projetos de diferentes atividades econômicas, bolsas de estudos entre outras ações que visam a sua auto sustentabilidade. Composto não só receitas da CFEM, o fundo engloba rendimentos e os juros provenientes de aplicações financeiras de recursos em

disponibilidade, o produto de convênio firmado com outras entidades financiadoras, as parcelas de juros e amortização a serem recebidas pelos pagamentos dos empréstimos concedidos, recursos recebidos de outros entes da federação e outras transferências que o FMDS tenha direito a receber por força da lei (CANAÃ DOS CARAJÁS, 2018). Por conta da metodologia utilizada neste estudo, o FMDS não foi analisado de forma mais ampla, cabendo isto a pesquisas futuras.

Alguns projetos vinculados à promoção de Direitos Humanos também tiveram poucos recursos destinados a ações importantes e outros concentram uma grande parcela do recurso. Dentro desta categoria estão agrupados os projetos das funções Assistência Social e Saúde. No que diz respeito à Assistência Social, o projeto Manter a Escola de Informática e Cidadania - CDI Comunidade (0,1%), que tem, em tese, capacidade de qualificar a mão de obra e contribuir com a geração de renda por meio de cursos na área de informática, obteve pouca destinação do recurso. Também receberam pouco recurso os projetos da função Saúde: Manter o Serviço de Urgência e Emergência Hospitalar nas Vilas por meio de Ambulância (0,0%) com repasse no valor de R\$7.947,55 e Fortalecer o serviço de regulação do SUS (0,0%) no valor de R\$144.559,00. Embora a CFEM não tenha sido elaborada para financiar a garantia de direitos básicos, considerando-se o quadro da epidemia da COVID-19, seria compreensível que parte dos recursos fossem destinados a projetos vinculados à saúde.

Ao analisar os projetos que correspondem à dimensão Infraestrutura, nota-se que três dos projetos apresentados são os que mais captaram recursos dentre os apresentados na Tabela 4. são eles: Manter o Programa Asfalta Canaã, com repasse no valor de R\$8.143.431,58; Programa Asfalta Canaã Saneamento, com R\$9.944.084,25; e Construir, Pavimentar e Recuperar Estradas e Vicinais, com R\$4.206.861,68. Em contrapartida, o projeto Atender Política de Habitação de Interesse Social, que poderia atender às necessidades dos cidadãos no que tange a moradia, sobretudo os que se enquadram em situação de baixa renda, obteve um repasse de 0,0% com valor de R\$24.582,06. Dessa forma, atividades voltadas para obras viárias e para asfaltamento parecem consumir uma parte desproporcional dos recursos de infraestrutura. Enquanto programas que teriam como objetivo melhorar a vida das classes mais vulneráveis da população têm uma parcela pouco representativa.

3.3 Algumas considerações

O acompanhamento da execução da despesa com a fonte CFEM permite visualizar como as finanças do município de Canaã dos Carajás se tornaram altamente dependentes da CFEM, com mais da metade de sua receita sendo constituída por este *royalty*.

Embora parte considerável da CFEM esteja sendo investida em serviços públicos de suma importância, como saúde e educação, ainda se observa que uma parcela considerável vai para

manutenção da máquina pública e para gastos com infraestrutura, particularmente asfaltamento de vias. Ademais, observou-se projetos que teriam capacidade de dinamizar a economia do município e garantir a independência futura da atividade mineradora recebendo um percentual muito pequeno dos investimentos.

4. MARABÁ

O município de Marabá está situado na microrregião Sudeste paraense, abrangendo uma área de 15.128,050 Km² e população estimada em 283.542 habitantes (IBGE, 2020). Atualmente mantém intensa atividade de exploração mineral, com a produção de cobre e manganês dentro dos seus limites geográficos. A extração de cobre no município ocorre através do Projeto Salobo da mineradora Vale S.A., sendo o maior projeto de extração de cobre desenvolvido pela empresa (VALE, 2015). A extração de manganês no município se dá através da mina Buritirama da Buritirama Mineração S.A., pertencente ao Grupo Buritipar (FERNANDES, ALAMINO, ARAÚJO, p. 77, 2014). Além de ser um município minerado, em 2019, Marabá entrou na categoria de municípios afetados pela atividade mineral, em decorrência da Lei nº 13.540 de 2017 (BRASIL, 2017), por seu território ser cruzado pela Estrada de Ferro Carajás (EFC) da empresa Vale S.A.

Por ser um município minerado e afetado pela infraestrutura da mineração, a prefeitura municipal de Marabá recebe mensalmente valores referentes à CFEM. No ano de 2020, o valor referente à CFEM apresentou um acumulado anual de R\$125,4 milhões. Naquele ano, a arrecadação representou 11,3% da receita corrente total da prefeitura municipal de Marabá (ANM, 2020).

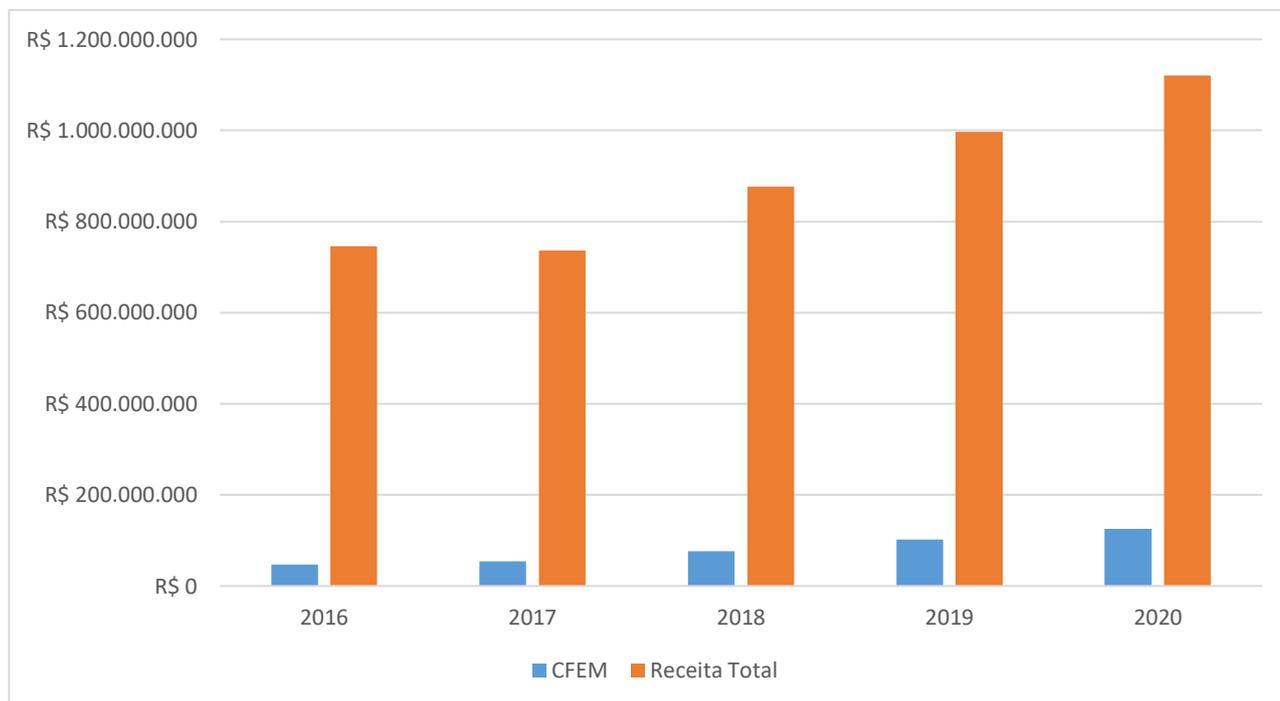
Apesar da expressiva arrecadação do recurso, as despesas vinculadas à CFEM não são discriminadas no Portal de Transparência do município, sendo este recurso incluído na rubrica Recursos Ordinários, que é classificada como entrada de transferências correntes. Destaca-se que a totalidade da fonte Recursos Ordinários não é composta somente por CFEM; no ano de 2020, a CFEM representava 28,6% da totalidade da fonte de Recursos Ordinários. Porém, pela impossibilidade de fazer essa distinção, a análise aqui apresentada terá por base os valores e usos dos Recursos Ordinários, e não exclusivamente da CFEM. Neste sentido, nesta seção são apresentadas as receitas vinculadas à fonte CFEM e às despesas com fonte Recursos Ordinários onde a CFEM está inclusa.

4.1 Receita Municipal e a Fonte CFEM

No Gráfico 5, é demonstrado a participação da CFEM nas Receitas Correntes da prefeitura de Marabá dos últimos cinco anos. Em 2017, a CFEM teve uma participação de 7,3% na Receitas Correntes, em 2018 representou 8,7%, em 2019 10,3% e em 2020 sua participação foi de 11,2% na

receita corrente total do município. Entre 2016 e 2020 a CFEM teve um crescimento de 168,14% em Marabá.

Gráfico 5 - Evolução da CFEM e da Receita Corrente da Prefeitura de Marabá entre 2016 e 2020.



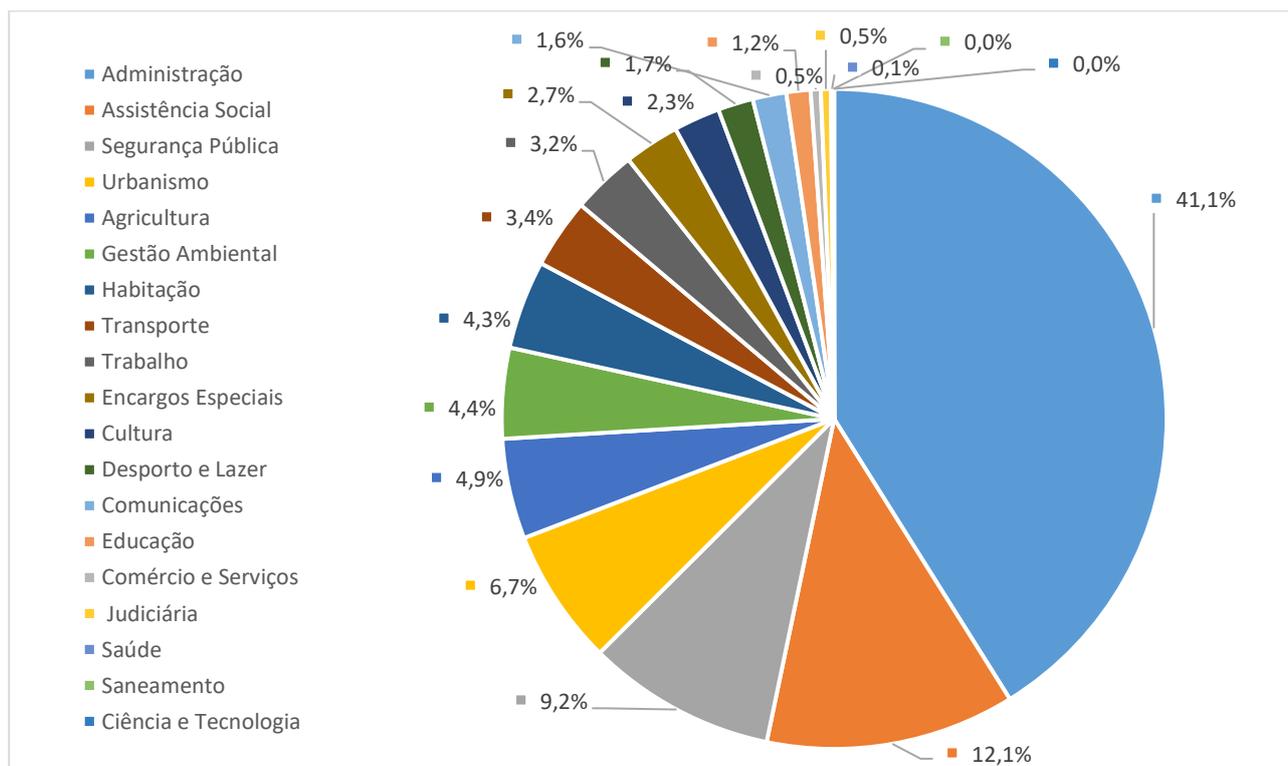
Fonte: Portal de Transparência da prefeitura de Marabá (2021). Elaboração própria.

Quando comparado com os demais municípios estudados, a participação da CFEM se mostra relativamente inferior, porém quando considera-se que, em 2020, essa receita totalizou R\$125 milhões, mostra-se necessária uma maior transparência e controle social sobre o uso de tais recursos.

4.2. Gasto Público Municipal Realizado com a fonte Recursos Ordinários

As despesas do município de Marabá, no seu total, abrangem 26 funções (LOA 2020). As despesas orçamentárias do município, classificadas com a fonte Recursos Ordinários, somam um total de R\$438,3 milhões e estão organizadas em 19 funções, que se dividem em subfunções, programas e projetos. No Gráfico 6, as despesas associadas à fonte Recursos Ordinários são apresentadas por função. Ao analisar a composição dessas despesas, observa-se que as quatro funções com maior participação foram: Administração (41,1%), Assistência Social (12,1%), Segurança Pública (9,2%) e Urbanismo (6,7%). Somente essas quatro funções juntas totalizaram 70% dos gastos.

Gráfico 6 – Despesas, por função, vinculadas à fonte Recursos Ordinários - Marabá, 2020.



Fonte: Portal de Transparência da prefeitura de Marabá (2021). Elaboração própria.

Como supracitado, a CFEM representa 28,6% da totalidade dos Recursos Ordinários do município de Marabá. Ademais, cabe destacar a publicação da Lei Complementar no 13.540/2017, determina que as parcelas de CFEM destinadas aos municípios arrecadadores, pelo menos 20% (vinte por cento) de cada uma dessas parcelas para atividades relativas à diversificação econômica, ao desenvolvimento mineral sustentável e ao desenvolvimento científico e tecnológico (Brasil, 2017). Se essa recomendação fosse seguida, seria de se esperar que ao menos 5,7% dos Recursos Ordinários, ou seja, cerca de R\$25,1 milhões fossem destinados às atividades previstas na lei.

Na Tabela 5, estão sintetizados os projetos que detêm a maior parte dos gastos referente às quatro funções com maiores recebimentos da fonte Recursos Ordinários. Observa-se que a maior parte do recurso é direcionada aos projetos com a finalidade de manutenção da máquina pública. Como exemplo: Manut. da Secretaria De Administração (11,0%), Manut. Da Secretaria Municipal de Assistência Social (6,3%), Manut. Secretaria Municipal de Segurança Institucional (4,4%).

Tabela 5 – Demonstrativo de Projetos com maiores gastos com a fonte Recursos Ordinários - Marabá, 2020.

Função	Projeto	Participação (%)
Administração	Manut. da Secretaria de Administração.	11,0
	Manut. da Secretaria Municipal de Viação obras.	10,2
	Manut. Gabinete do Prefeito	4,1

	Outros projetos	16,2
	Total Administração	41,1
Assistência Social	Manut. da Secretaria Municipal de Assistência Social	6,3
	Operacionalização Benefícios Eventuais	2,5
	Operacionalização Conselho Tutelar	1,0
	Outros projetos	2,3
	Total Assistência Social	12,1
Segurança Pública	Manut. Secretaria Municipal de Segurança Institucional.	4,4
	Manut. Defesa Civil.	2,6
	Manut. Guarda Municipal	1,9
	Outros projetos	0,2
	Total Segurança Pública	9,2
Urbanismo	Manut. Serviços de Saneamento Ambiental de Marabá	4,5
	Manut. Serviços Urbanos	0,9
	Manut. da Infraestrutura - Zona Urbana/Rural.	0,7
	Outros projetos	0,7
	Total Urbanismo	6,7
Outras funções		30,9
Total		100

Fonte: Portal de Transparência da Prefeitura de Marabá (2021). Elaboração própria

Na Tabela 6, são apresentados os projetos para os quais os Recursos Ordinários foram direcionados e são considerados, por esta pesquisa, emblemáticos. Sendo estes emblemáticos em decorrência ou do baixo valor direcionado para áreas importantes no desenvolvimento socioeconômico do município ou para áreas que apenas mantêm a máquina pública. Esses projetos são considerados emblemáticos a partir de três dimensões: diversificação econômica, direitos humanos e usos incomuns de Recursos Ordinários.

Tabela 6 - Projetos emblemáticos - Marabá, 2020.

Categorias	Função	Projeto	Valor (R\$)	Participação (%)
Usos Incomuns	Administração	Manutenção Gabinete do Prefeito	R\$18.155.289,13	4,1
	Assistência Social	Manutenção Secretaria Municipal de Assistência Social	R\$27.566.389,04	6,3
Diversificação Econômica	Agricultura	Fomento Desenvolvimento Olericultura	R\$297.589,40	0,1
		Fomento ao Desenvolvimento Agricultura Familiar	R\$236.430,09	0,1
		Mecanização Agrícola da pequena Comunidade	R\$264.173,61	0,1
		Fomento ao Desenvolvimento Agricultura	R\$131.720,03	0
		Fomento ao Desenvolvimento Avicultura / Ovinocaprinocultura	R\$92.160,94	0,2
Direitos Humanos	Administração	Construção de Cemitérios	R\$580,00	0
	Assistência Social	Operacionalização Assistência à Pessoa Idosa	R\$440,00	0

	Operacionalização Programa BPC na Escola	R\$52,25	0
	Apoio Inst. de S. Popular Nos do Brejo	R\$12,00	0
Saúde	Apoio Apae - Tratamento e reabilitação	R\$20,90	0
	Aquis. Cadeiras Rodas	R\$372,00	0
	Apoio Assoc. Pais e Amigos Excep - APAE	R\$10,45	0
Educação	Climatização EMEF O Pequeno Príncipe	R\$49,50	0
	Apoio Inst. Casa da Criança Santa Rosa	R\$600,00	0
Infraestrutura	Obras de Infraestrutura e Expansão - Zona Urbana/Rural	R\$2.157.821,06	0,5
	Manutenção Serviços de Saneamento Ambiental de Marabá	R\$19.518.791,57	4,5
	Manutenção Super. Desenvolvimento Urbano de Marabá	R\$19.004.932,61	4,3
	Ampliação e Manutenção do Aterro Sanitário	R\$137.079,33	0

Fonte: Portal de Transparência da Prefeitura de Marabá (2021). Elaboração própria.

Na dimensão Usos Incomuns, evidencia-se os projetos Manutenção Gabinete do Prefeito, com valor de R\$18.155.289,13 e Manutenção Secretaria Municipal de Assistência Social com valor de R\$27.566.389,04. Neste caso destaca-se o alto valor destinado à manutenção desses projetos em comparação a outros que receberam menores valores, caracterizados como emblemáticos por receberem recursos com valores substanciais se comparados a outros projetos da Tabela 6 que tem muito mais a entregar para os cidadãos residentes em Marabá e para o próprio desenvolvimento econômico do município.

Ademais, na dimensão Diversificação Econômica foram considerados, a título de análise, aqueles voltados para o fomento de desenvolvimento de projetos agrícolas, uma vez que somente essa função possui projetos voltados para a diversificação de atividades econômicas. Todos os projetos dentro dessa função (excluída a manutenção da Secretaria Municipal de Agricultura e outros gastos de custeio), somaram um valor de R\$1.557.900,46, ou seja, algo bastante inferior aos R\$24,5 milhões esperados considerando a Lei. Além da Função Agricultura, foi identificada ainda a Função Ciência e Tecnologia, que contou com um valor total de apenas R\$82,2 mil, dos quais mais da metade foram destinados ao Projeto “Manutenção Sistema de Gestão de Tecnologia Integrada”.

No caso da dimensão Direitos Humanos, foi levado em consideração os projetos dentro de funções que poderiam representar ações com foco nesta dimensão. Aqui destacam-se os valores muito baixos voltados para esses projetos. No caso da Assistência Social seus projetos de apoio têm baixo

recursos: Operacionalização Assistência à Pessoa Idosa com valor de R\$440,00; Operacionalização Programa BPC na Escola com valor de R\$52,25 e Apoio Inst. de S. Popular Nos do Brejo com valor de R\$12,00. Na função Saúde ocorre o mesmo agravante de baixos valores voltados para esses projetos como: Apoio Apae - Tratamento e reabilitação com valor R\$20,90; Aquis. Cadeiras Rodas com valor de R\$372,00 e Apoio Assoc. Pais e Amigos Excep - APAE R\$10,45. Na função educação⁶ também tem-se baixo valores destinados a projetos como: Climatização EMEF O Pequeno Príncipe com valor de R\$49,50 e Apoio Inst. Casa da Criança Santa Rosa com valor de R\$600,00.

Por fim, na dimensão infraestrutura destacam-se recursos altos para projetos de manutenção como: Manutenção Serviços de Saneamento Ambiental de Marabá com valor de R\$19.518.791,57 e Manutenção Super. Desenvolvimento Urbano de Marabá com valor de R\$19.004.932,61. Ademais, outros projetos voltados para ampliação e manutenção tem valores menores como: Obras de Infraestrutura e Expansão - Zona Urbana/Rural com valor R\$2.157.821,06 e Ampliação e Manutenção do Aterro Sanitário com valor de R\$137.079,33.

Destarte, analisados os projetos considerados emblemáticos destaca-se expressivos gastos feitos com manutenção da máquina pública. No caso da função Assistência Social tem-se maior parte dos gastos para “Manutenção Secretaria Municipal de Assistência Social” em concomitância tem-se menores gastos para “Apoio Inst. de S. Popular Nos do Brejo”, por exemplo. Na função administração ocorre o mesmo com gastos maiores para “Manutenção Gabinete do Prefeito” e em concordância gastos menores para “Construção de Cemitérios”, por exemplo.

4.3 Algumas considerações

A necessidade do acompanhamento do uso da CFEM nos municípios minerados permite vislumbrar para onde está sendo direcionado o uso desse recurso que se mostra cada vez mais relevante na receita desses municípios. No caso de Marabá, a falta de transparência na alocação e destinação da receita oriunda da CFEM torna impossível uma análise do uso da CFEM, a exemplo do caso de Parauapebas e Canaã dos Carajás.

Diferente dos outros municípios analisados, Marabá não segue a Norma do Tribunal de Contas Municipais do estado do Pará (TCM-PA), que estabelece a obrigatoriedade de classificação das despesas que têm como fonte a CFEM. Nesse sentido, tem-se a dificuldade de identificação do uso

⁶ Em Marabá a função Educação ocupa a nona posição no destino dos recursos ordinários, recebendo 3,33% desses recursos. Todavia, as prioridades do governo municipal parecem um tanto parciais, uma vez que 99,99% desses recursos, o equivalente a R\$ 9,9 milhões, foram destinados exclusivamente para o projeto "Manutenção Projeto Supervisão Militar Educacional", ao invés de serem distribuídos por diferentes atividades das escolas municipais.

da CFEM nas despesas do município, seja para observar os gastos gerais com a CFEM, seja para identificar se o recurso é usado para diversificação econômica do município.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta nota técnica foram apresentadas as receitas e despesas vinculadas a fonte CFEM dos principais municípios minerados do sudeste paraense: Marabá, Canaã dos Carajás e Parauapebas. As conclusões específicas foram dadas ao final da seção de cada município, sendo importante, por fim, destacar aspectos mais gerais sobre a utilização da CFEM.

Antes de se debater o uso dos recursos da CFEM, deve-se ter em mente que esse é um projeto exploratório baseado em apenas três municípios. O fato de estarem entre os principais municípios minerados do país, porém, os torna emblemáticos. Pela grande quantidade de recursos que recebem, esses municípios teriam condições materiais de fazer uma comunicação clara e transparente do uso da CFEM. Os problemas encontrados por essa pesquisa indicam falhas graves e sugerem que muitos outros municípios minerados devem apresentar problemas semelhantes ou ainda pior, devendo tal situação ser verificada futuramente.

Ainda do ponto de vista metodológico, destaca-se a dificuldade de acesso aos dados. Os Portais de Transparência cumprem nominalmente a lei ao permitir que se identifique a fonte CFEM nas despesas, porém isso só é possível de se fazer no nível de cada pagamento individual, tornando muito difícil uma análise mais estruturada. Esses portais possuem dados agregados das fontes de recursos separados dos dados agregados de despesas, o que inviabiliza que análises como as apresentadas aqui sejam facilmente realizadas. Nesse sentido, parece ser essencial que sejam feitas alterações na organização da informação de forma que seja possível fazer associação entre fontes e despesas.

Além disso, também são necessárias mudanças que tornem os portais mais amigáveis e intuitivos para serem usados pelos cidadãos comuns. Dessa forma, as buscas devem ser mais diretas e sugere-se que os portais permitam que os dados sejam baixados no formato de planilhas editáveis, que possuam informações e filtros referentes à função, subfunção, programa, projeto, valores e, principalmente, fonte de recursos discriminadas, em especial, no caso de municípios minerados, a fonte CFEM.⁷

⁷ Alguns exemplos de portais de transparência que fornecem essas e outras informações orçamentárias de forma livre são: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP) do governo federal (<https://bit.ly/3drgLzM>); e o portal da transparência do estado do Rio de Janeiro (<https://bit.ly/3sJ1OQ7>).

Quanto à distribuição das despesas com origem na fonte CFEM, alguns problemas foram notados nos municípios de Parauapebas e Canaã dos Carajás, particularmente o grande uso para a manutenção da burocracia municipal e o baixo investimento em diversificação econômica.

Outro ponto importante de ser destacado é o fato da economia mineral estar totalmente atrelada ao mercado internacional, a valorização das *commodities* e a demanda da economia chinesa (HARVEY, 2011). Desde meados dos anos 2000 a demanda chinesa tem impulsionado uma forte expansão do setor de extração de recursos e intensificou a concorrência entre Estados, corporações privadas e elites locais pelo controle da terra e dos recursos naturais. Neste sentido, a nova escala de investimentos e o novo ritmo de produção de minério de ferro comandadas pelas mineradoras transnacionais alteraram significativamente a dinâmica econômica dos municípios minerados, interligando o local de extração diretamente com as flutuações do preço das *commodities* no mercado internacional (MELO, CARDOSO, 2016).

Portanto, existe uma forte volatilidade dos preços dos minérios, o que tem impacto direto na arrecadação da CFEM. Em períodos de baixa dos preços a arrecadação tende a cair e os municípios podem se ver sem recursos suficientes para a manutenção das atividades administrativas. Por esse motivo, os serviços municipais deveriam ser mantidos a partir de fontes diferentes dos *royalties* minerais, de forma a não comprometer o atendimento aos cidadãos.

Ademais, os minérios são recursos não renováveis, assim, uma vez que diminuem as reservas existentes, as prefeituras enfrentarão problemas em manter sua burocracia e haverá uma queda significativa da qualidade dos serviços públicos. Por conta desse fator, existe a orientação legal de que parte dos *royalties* sejam direcionados para a diversificação econômica - isso é uma condição para que a dependência econômica presente e futura do município em relação à mineração seja reduzida. Todavia, os dois casos (Parauapebas e Canaã dos Carajás) mostraram que não existem programas estruturados de diversificação econômica em nenhum dos municípios.

No caso específico de Canaã dos Carajás foi criado o Fundo Municipal de Desenvolvimento Sustentável (FMDS), que parece ser um passo na direção de uma orientação para o uso da CFEM. Avaliar a eficácia do uso do FMDS está além dos objetivos desse projeto e deverá ser objeto de pesquisas futuras. Todavia, experiências anteriores mostram que não necessariamente a criação de um Fundo para os *royalties* garantem a diversificação (GUIMARÃES, MILANEZ, 2017) e uma decisão mais profunda sobre o planejamento desses fundos, seu uso e os mecanismos de controle social parece ainda ser necessária.

Sobre o município de Marabá, a pesquisa não conseguiu identificar claramente o destino dos recursos da fonte CFEM. Apesar das recomendações do TCM-PA, o município não especifica essa fonte em suas despesas no Portal da Transparência, o que torna impossível o rastreamento do uso desses recursos. Mesmo assim, a análise preliminar apresentada aqui indica que Marabá não segue a

recomendação de direcionar 20% dos recursos oriundos da CFEM para os usos indicados na legislação nacional, o que sugere a repetição dos problemas identificados em Parauapebas e em Canaã dos Carajás.

Por fim, a relevante participação da CFEM no orçamento municipal faz com que o uso dessa fonte de recursos seja fundamental para garantir um desenvolvimento efetivo de suas comunidades e a redução da dependência mineral. Para que isso ocorra de fato, é necessária uma rígida fiscalização dos órgãos públicos e, principalmente, controle e participação social no planejamento e uso desses recursos. A proposta desse relatório é contribuir para que isso aconteça.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL (ABES).

Ranking ABES de universalização do saneamento (2019). Disponível em:

<https://cebds.org/aquasfera/ranking-abes-da-universalizacao-do-saneamento-abes/?gclid=CjwKCAjwpKCDBhBPEiwAFgBzj2tqk8bfilR6X2tTiVJ_ifjRYzFea20ySI5HgQXJ3xQTUTXwiQC94xoCxFYQAvD_BwE>. Acesso em: 28 de março de 2021.

AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO (ANM). **Maiores Arrecadadores CFEM**. 2021.

Disponível

em:<https://sistemas.anm.gov.br/arrecadacao/extra/relatorios/cfem/maiores_arrecadadores.aspx> .

Acesso em: 26 janeiro de 2021.

BRASIL, Lei nº 13.540, de 18 de dezembro de 2017. Altera as Leis nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, e 8.001, de 13 de março de 1990, para dispor sobre a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM). In. **Diário Oficial da União**, Brasília, 18 dez. 2017.

Disponível

em:<<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=13540&ano=2017&ato=90foXRq5EeZpWT738> . Acesso em: 22 março de 2021.

CANAÃ DOS CARAJÁS. **Diagnóstico Socioeconômico do Município de Canaã dos Carajás**.

2016. Disponível em:

<<http://www.canaadoscarajas.pa.gov.br/antigo/arquivos/semdec/DIAGNOSTICO-CANAA-Versao-Final-FEV2016.pdf>>. Acesso em: 25 de jan de 2021.

CANAÃ DOS CARAJÁS. Lei nº 834/2018, de 24 de dezembro de 2018. Altera a Lei nº 753 de 22 de dezembro de 2016, que dispõe sobre a criação do Fundo Municipal de Desenvolvimento Sustentável de Canaã dos Carajás - FMDS e dá outras providências. **Câmara Municipal de Canaã dos Carajás**, Canaã dos Carajás, 18 de dez. 2018. Disponível em:

<https://sapl.canaadoscarajas.pa.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2018/277/lei_n_834-2018.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2021.

CABRAL, E. R.; ENRÍQUEZ, M. A. R. S.; SANTOS, D. V. Canaã dos Carajás - do leite ao cobre: transformações estruturais do município após a implantação de uma grande mina. In: Recursos minerais & sustentabilidade territorial. **Grandes minas**. Rio de Janeiro: CETEM/MCTI, 2011. v.1. p.39-68. Acesso em: 26 janeiro de 2021.

FERNANDES, F. R. C.; ALAMINO, R. C. J.; ARAUJO, E. (Eds.); **Recursos minerais e comunidade: impactos humanos, socioambientais e econômicos**. - Rio de Janeiro: CETEM/MCTI, 2014. Disponível em: <http://mineralis.cetem.gov.br/handle/cetem/1729> . Acesso em: 19 janeiro de 2021.

GUIMARÃES, C. L., MILANEZ, B. Mineração, impactos locais e os desafios da diversificação: revisitando Itabira. 2017. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, 41, p. 215-236.

HARVEY, D. **Enigma do capital e as do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011 [2010].

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE Cidades**. 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em 28 de janeiro de 2021.

_____. **Sistema IBGE de Recuperação Automática**. 2020. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/pimpfbr/brasil>>. Acesso em: 2 de fevereiro de 2021.

MELO, A. C. C.; CARDOSO, A. C. D. **O papel da grande mineração e sua integração com a dinâmica urbana em uma região de fronteira na Amazônia**. V 16, n especial, p. 1211-124, 2016. Disponível: <https://www.scielo.br/pdf/neco/v26nspe/0103-6351-neco-26-spe-1211.pdf>>. Acesso em 10 de fevereiro de 2021.

OLIVEIRA, A. L. A. et al. **Arrecadação e uso da CFEM: falta transparência e limitações de acesso aos dados**. Comitê em Defesa dos Territórios Frente à Mineração, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3irwxg4>. Acesso em: 05 mar. 2021.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DA PREFEITURA DE CANAÃ DOS CARAJÁS - PTCC. **Transparência Pública Municipal**. Canaã dos Carajás, 2021. Página inicial. Disponível em: <https://www.canaadoscarajas.pa.gov.br/transparencia/> >. Acesso em: 27 janeiro 2021.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DA PREFEITURA DE PARAUPEBAS. **Transparência Pública Municipal**. Parauapebas, 2021. Disponível em: <http://www.governotransparente.com.br/4507490>>. Acesso em: 26 de janeiro de 2021.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DA PREFEITURA DE MARABÁ. **Transparência Pública Municipal**. Marabá, 2021. Disponível em: <http://www.governotransparente.com.br/4466490>>. Acesso em: 01 de fevereiro de 2021.

VALE. **Conheça salobo, o maior projeto de cobre da VALE**. VALE, 2015. Disponível em: <http://www.vale.com/brasil/pt/aboutvale/news/paginas/conheca-salobo-maior-projeto-cobre-vale.aspx> . Acesso em: 19 janeiro de 2021.

_____. **A Vale em Canaã dos Carajás**. 2014. Disponível em: <http://www.vale.com/pt/aboutvale/sustainability/links/linkdownloadsdocuments/relatorio-vale-canaa-carajas-2014.pdf>> . Acesso em: 26 janeiro de 2021.

_____. **S11D é o maior investimento privado realizado no Brasil nesta década**. Disponível em: <http://www.vale.com/hotsite/PT/Paginas/s11d-maior-investimento-privado-realizado-brasil-nesta-decada.aspx>>. 2018. Acesso em: 26 janeiro de 2021.

_____. **CVRD Inaugura o Projeto Sossego**. 2004. Disponível em : <http://www.vale.com/brasil/pt/investors/information-market/press-releases/paginas/cvrd-inaugura-o-projeto-sossego.aspx> > . Acesso em: 26 janeiro de 2021.